



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679875 - MG (2021/0218147-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ALINE PEREIRA LOPES E OUTRO
ADVOGADOS : ALINE PEREIRA LOPES - MG191792
BRUNA DE CASSIA LIMA - MG199228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIZ GUSTAVO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ GUSTAVO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS HC n. 1.0000.21.106899-4/000).

O paciente está cumprindo as penas a que foi condenado: 2 anos, 2 meses e 27 dias, sendo 1 mês e 10 dias de prisão simples e 2 anos, 1 mês e 17 dias de detenção a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pelo cometimento dos crimes tipificados nos arts. 24-A da Lei n. 11.340/2006, art. 21 do Decreto-Lei n. 3.688/40 e art. 129, § 9º, do Código Penal.

Afirma a impetrante que, após progredir ao regime aberto, o paciente teve cassada sua progressão, pois o juiz, mediante pedido do Ministério Público e, com base em boletim de ocorrência, reconheceu a prática de duas faltas graves pelo reeducando, decorrente de suposto descumprimento da prisão domiciliar e da suposta prática de crime doloso, determinando, por consequência, a regressão do paciente ao regime fechado, sendo ele recolhido à prisão em 19/4/2021

As impetrante sustentam que "não há como atribuir ao paciente o descumprimento de condições as quais não haviam sido anteriormente impostas, sendo cediço que, condições legalmente inexistentes são vedadas, como regra, em atenção ao princípio da legalidade. Assim, pode-se afirmar que o princípio da legalidade deve ser entendido como a obrigatoriedade de se fazer aquilo que está estritamente disposto em previsão legal, isto é, tudo aquilo que não é proibido é permitido, que tecnicamente é conhecido pelo brocardo *nullum crimen nulla poena sine lege*" (fl. 11).

Alega ainda que a decisão não se mostra devidamente fundamentada.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde até o julgamento do mérito no regime semiaberto. No mérito, pugna que "mantenham a liminar concedida, a fim de

que o paciente aguarde o julgamento do recurso pertinente, Agravo em Execução, no regime semiaberto, com o fito de não perpetuar a ilegalidade configurada" (fl. 21).

Pede, "subsidiariamente, postula-se a concessão da ordem para fins de desclassificação das supostas faltas graves para prática de falta média prevista no art. 641, XVI, do Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (Regimento Interno), regredindo o paciente ao regime semiaberto, oportunizando-lhe, se necessário, a utilização do sistema de monitoração eletrônica, por meio do uso de tornozeleira" (fl. 21).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O relator do caso, ao denegar a ordem, assim decidiu (fl. 120-121):

Desta feita, o Habeas Corpus, em substituição de recurso próprio, só pode ser analisado se constatada, de plano, manifesta ilegalidade que implique em coação à liberdade de locomoção do paciente, o que não se verifica no presente caso.

Acerca da atual situação da execução da pena do paciente a douta autoridade informou que:

... que o paciente está cumprindo pena privativa de liberdade no processo SEEU nº 4400068-35.2020.8.13.0143 junto a este Juízo da Execução Penal de São Gotardo. Esclareço também que o paciente foi colocado em liberdade no dia 30/11/2020 após ser concedido o benefício da prisão domiciliar pelo Juízo da Execução Penal de Carmo do Paranaíba, onde cumpria pena intramuros, mas que, aos 09/04/2021, antes da audiência admonitória nesta Comarca, aportou aos autos a cópia de uma ocorrência policial, encaminhada pela Polícia Militar, após o recebimento de denúncia acerca da prática de violência doméstica, pelo paciente no dia 23/01/2021. Informo, ainda, que a partir do pedido do Ministério Público deferi a regressão cautelar do paciente para o regime fechado, com fundamento em falta grave consistente na prática de fato definido como crime doloso e do descumprimento da prisão domiciliar. O paciente foi preso aos 20/04/2021 pelo mandado de prisão expedido no processo de execução. Colhida a justificativa do reeducando, na data de 26/05/2021 determinei a regressão definitiva para o regime fechado, em razão da comprovação da prática injustificada de duas faltas graves. Por último, informo que aos 09/06/2021 houve a interposição do recurso de agravo em execução pela defesa.

Nota-se que as providências necessárias estão sendo tomadas para o andamento da execução penal do paciente e, a meu ver, as ponderações feitas pela defesa não são suficientes para, neste momento, se concluir pela existência de manifesto constrangimento ilegal.

In casu, as questões aduzidas pelo impetrante demandam exame e valoração aprofundados de prova, impossível de ser feito neste remédio de cognição sumária, não se admitindo o writ em substituição de recurso próprio, qual seja, o agravo em execução, inclusive já interposto.

Por todo o exposto, respeitando os estreitos limites desta ação constitucional, ausente o constrangimento ilegal, denego a ordem.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente